

Vota-se primeiro o regime

GAZETA MERCANTIL

16 MAR 1988

por Adriana Vera e Silva
de São Paulo

Em um café da manhã, ontem, no Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente José Sarney ouviu do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte, uma alternativa para resolver o impasse que se esboça na definição do sistema de governo e do mandato presidencial: votar, separadamente; primeiro, o regime — com o presidencialismo antes do parlamentarismo —, e depois o mandato de Sarney e de seus sucessores.

"Foi uma conversa positiva", definiu Ulysses Guimarães, horas depois, em São Paulo, onde esteve para um encontro com o governador Orestes Quércia. Contou que o presidente da República ouviu e votou a manifestar sua preferência por um mandato de cinco anos com um sistema parlamentarista de governo. "Mas, como democrata, sua posição é no sentido de aguardar e de respeitar

a decisão soberana da Constituinte", acrescentou.

Ulysses garantiu que não fez "acordo nenhum com o presidente". Porém indicou que a decisão do sistema de governo, antes da votação do mandato, pode ser o caminho para uma negociação com o Palácio do Planalto. "E aí temos todas as possibilidades", observou, ponderando que "nos sistemas parlamentares o mandato é mais longo".

O presidente Sarney, conforme apurou em Brasília a editora Mariângela Hamu, mantém uma postura de irredutível defesa do sistema presidencialista com um mandato de cinco anos. Na noite de segunda-feira, antes do café com Ulysses, ele reuniu em jantar no Alvorada os ministros militares, para dizer-lhes sobre a necessidade de coerência em seus pronunciamentos públicos, quando da pregação da sua tese. Havia dúvidas, para o presidente, pois, na semana passada, o ministro da Ae-

ronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, ao servir de porta-voz de uma reunião de ministros militares, afirmou a necessidade de um mandato de cinco anos, mas considerou "viável" a aceitação do regime parlamentarista.

Agora, a estratégia do governo para o embate no plenário da Constituinte — que Ulysses acha possível já começar amanhã ou sexta-feira — é a disputa voto a voto na definição do sistema de governo. Por ordem de preferência, segundo critérios regimentais, a emenda do senador Humberto Lucena que institui um presidencialismo com o Legislativo podendo "censurar" ministros de Estado — inclusive militares — será a primeira a ser votada.

"Se ela não for aprovada (280 votos), teremos uma segunda votação, em torno da emenda parlamentarista do deputado Egidio Ferreira Lima", explicou Ulysses.

Não havendo 280 constituintes para aprová-la, aí se tem configurado o chamado "buraco negro" — situação em que nenhuma das alternativas em votação consegue plena maioria. "Teremos um 'buraco' que não vai ser para 'entrar', mas um 'buraco' para sair, um túnel", prevê, com ironia, Ulysses.

No Congresso, relata o repórter Zanoni Antunes, praticamente todos os líderes — do governo e da oposição — estão mesmo é apostando nesse quadro e sua consequência principal, uma ampla negociação. "Caso contrário, a Carta ficaria sem o mandato e o sistema", argumenta Gastone Righi, líder do PTB.

Dentro do governo, apesar do discurso francamente incondicional na defesa do presidencialismo com cinco anos de mandato, há sinais evidentes, também, de desejo de negociação. "Em política, tudo é possível, inclusive uma conciliação; mas negociação só em caso de impasse", dizia ontem, por exemplo, o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, um dos mais "duros" defensores da posição do presidente Sarney, à saída do Palácio do Planalto — conforme relata a editora Elaine Lerner.

(Ver páginas 5 e 6)